

A nação na Europa – breve discussão sobre identidade nacional, nacionalismo e supranacionalismo

Rita Ribeiro¹

"Como historiadores e antropólogos sabemos que as tradições são inventadas, que as genealogias e as histórias são construídas e manipuladas, que o nacionalismo étnico pode ser imaginado e que as conversões religiosas são comuns: estes processos são os vínculos de uma existência humana dinâmica, contingente e sem destino definido. Mas os actores socializados nestas pretensões (...) tomam como reais estas ligações inscritas nos seus corpos e almas e que servem de bússola das suas vidas. E eu não tenho a certeza de que nós, os intérpretes, sejamos nas nossas vidas alheios a estas estruturas do sentimento e da experiência." (Tambiah, 1996: 142)

Em 1772, nas *Considérations sur le Gouvernement de Pologne*, Jean-Jacques Rousseau afirmava o ser europeu: "Hoje já não há Franceses, Alemães, Espanhóis, até Ingleses, por muito que se diga; há só Europeus"² Mas já no *Project Corse* é muito mais realista e consentâneo com o que os séculos a que abriu caminho tomaram por norma: "A primeira regra que devemos seguir é a do carácter nacional: todo os povos têm, ou devem ter, um carácter; caso não o tenham, devemos começar por dotá-lo de um"³. É elucidativa a afirmação final e é o mais possível ao gosto dos teóricos modernistas-instrumentalistas, para quem a nação é um artefacto da modernidade, laboriosamente concebido e executado, inventado e construído, para melhor acomodar as transformações revolucionárias na Europa – da cidadania, do capitalismo, da soberania popular, do racionalismo. Voltemos à primeira afirmação. Embora Rousseau o diga com algum desgosto, é interessante que no terceiro quartel do século XVIII seja dito que na Europa já não se distinguem os povos, que todos são Europeus, que todos são acima de tudo Europeus. Quase 250 anos depois, a contradição que aparentam estas afirmações de um mesmo autor servem-nos para ilustrar o dilema com que se tem debatido a Europa, e por arrastamento o resto do

1 Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

2 Citado em FEBVRE, Lucien (1999) *A Europa. Génesis de uma Civilização*, Lisboa, Teorema, p. 243.

3 Citado em Smith, 1997: 99.

mundo, quando se trata da organização geopolítica do mundo: nação/nacionalismo e a sua superação em formas supranacionais, com altos e baixos, com variantes liberais e marxistas, mas sempre como um imperativo ou um escolha inevitável.

O que pode concluir-se desta "contradição" de Rousseau e do que se desfiou a partir dela? Que ainda não se chegou a conclusão nenhuma. Depois de o século XIX ter assegurado que cada povo é uma nação com território, cultura e história e de na primeira metade do século XX se ter ferozmente defendido cada pedaço de "terra sagrada", cada "gota de sangue ancestral", a partir de 1945 o mundo firma-se em dois blocos geo-político-económicos e acerta-se como princípio a cooperação inter-nações sob o chapéu de organizações como a ONU e a CEE. A nação, porém, sobrevive, agora mais madura, menos temerária, sem os arroubos juvenis auto-destrutivos. O mundo desenha-se, definitivamente, como um mundo de nações, já não apenas das velhas nações da Europa ocidental (e da América), mas por todo o mundo, no rescaldo da descolonização e da importação do modelo ocidental. Mas ao mesmo tempo o mundo transforma-se, numa revolução tranquila. O processo de globalização acelera-se, a compressão do mundo por via dos fluxos financeiros, de comunicação e de cultura vem erguer forças transnacionais que silenciosamente minam a soberania dos Estados-nação. Deste se diz que é agora demasiado pequeno para resolver os grandes problemas e demasiado grande para os pequenos problemas⁴. São inegáveis os sinais de esvaziamento do Estado-nação, muitas vezes impotente diante da globalização e dos localismos. A própria cultura, até aqui essencialmente nacional, tende a desdobrar-se entre os imperialismos culturais da vaga global e as tradições locais e regionais, freneticamente desenterradas e musealizadas como objectos sacros. E quando o mundo inteiro, saído da Guerra Fria, toma consciência da rede de interdependências mundiais e do esbatimento de fronteiras vê-se de novo diante de uma explosão do nacionalismo e da etnicidade, a várias escalas: desde as (cândidas) reivindicações dos nativos norte e sul-americanos, aos

⁴ Ideia de Daniel Bell, já anteriormente enunciada por Denis de Rougemont, citada em Giddens, 1992: 51.

nacionalismos regionais dentro dos Estados-nação europeus (Flandres, Catalunha, País Basco, Norte de Itália, Escócia, País de Gales) e às erupções violentas e etnocidas na região dos Grandes Lagos, na ex-Jugoslávia e na ex-URSS. Paralelamente a esta tendência para a fragmentação nacional assiste-se, desde finais dos anos de 1980, à aceleração e aprofundamento da integração na Comunidade Europeia, com efectiva, ainda que limitada, partilha de soberania entre os seus membros.

Perante este cenário, breve e superficialmente pincelado, sucedem-se as questões: em que estado está o equilíbrio entre as forças globais e as forças locais? Será, no presente, o "mundo de nações" apenas uma fachada para novas formas de organização geopolítica ainda em estado larvar? Corresponderá ao enfraquecimento do Estado-nação um equivalente enfraquecimento da identidade nacional? A nação é um facto com rasto na história ou apenas a reificação de uma ideologia moderna? Poderá o Estado-nação deixar de ser o "princípio de visão e divisão" da organização política e social do mundo, para usar a feliz fórmula de Pierre Bourdieu (1994: 9), e a única instância legítima nas relações internacionais? O que podemos concluir acerca das disparidades que assume o valor da identidade nacional – tenaz e adscritiva nos focos nacionalistas e a sofrer forte concorrência na Europa ocidental, por exemplo? Caminha-se para um estiolamento da cultura nacional? Poderão os blocos continentais aspirar a um novo nacionalismo? Serão as identidades nacionais da Europa substituídas por uma identidade europeia? Com base em que elementos é esta identidade forjável?

Estas são algumas das questões que têm pontuado o debate teórico acerca da nação e do nacionalismo. Não as (re)formulo para pretender responder-lhes, mas apenas para elucidar o ponto da situação e, sobretudo, para abrir caminho à interrogação que norteia este texto – é teoricamente concebível que a construção europeia conduza à debilitação das identidades nacionais europeias? Pode a Europa aspirar a tornar-se uma super-nação?

A discussão destas questões envolve necessariamente as ideias de nação, de identidade, de identidade e cultura nacional, de supranacionalidade, de

nacionalismo e de etnicidade. Em nenhum momento, porém, devem ser toldadas pela tentação reificadora; para todas estas noções a análise deve partir de uma concepção dos processos e das práticas. De forma mais clara, e tomando o conceito de nação, sigo o pensamento de Rogers Brubaker (1996: 1-21): 1. a nação é uma categoria da prática e não uma categoria de análise; 2. aceitar a concepção substancialista da nação não é mais do que reproduzir o processo social da reificação; 3. a realidade da nação não é uma emanção essencialista, mas o produto performativo daqueles grupos que conseguem criar o que pressupõem. No pressuposto objectivista da nação como entidade real embarcaram tanto as teorias etnicistas como as teorias modernistas da nação (que referirei adiante), embora em graus distintos. O que fica dito para a nação serve também, *mutatis mutandis*, para os conceitos acima enunciados.

Depois deste parêntesis, voltemos à questão da possibilidade de subsunção das identidades nacionais numa novel identidade europeia. Em primeiro lugar, um super-Estado europeu centralista não é um cenário plausível. A concretizar-se um projecto europeu de integração política, a União Europeia tomaria, por certo, um modelo federativo de *geometria variável*, com os Estados-nações membros a deslizarem para um estatuto "regional", ao jeito dos estados norte-americanos, dos cantões suíços ou dos *länder* alemães, com as devidas adaptações, ou seja, num cenário de partilha aprofundada das soberanias e de manutenção enquanto unidades culturais e identitárias. Esta hipótese acerca do formato político que a UE poderá assumir ajuda a delimitar o debate sobre a equação "identidades nacionais-identidade europeia". Desde logo se afasta a premissa étnica que sustenta boa parte das reivindicações nacionalistas. Aquilo que para os autores das correntes⁵ etnicista e primordialista é o fulcro da nação

5 Para melhor situar as perspectivas teóricas que vão sendo evocadas ao longo deste texto, fica desde já assinalado que na teoria das nações e dos nacionalismos são correntes fundamentais o modernismo, para quem as nações e os nacionalismos são erupções instrumentais e funcionais da modernidade, e o etnicismo, que mais ou menos tributário do primordialismo, considera que umas e outros relevam de uma história de longa duração, da comunidade étnica e de partilhas culturais profundas. Entre os primeiros são referências incontornáveis Elie Kedourie (1969), Ernest Gellner (1983), Eric Hobsbawm (1990) e Benedict Anderson (1983). Os etnicistas pertencem a uma geração posterior, representada por Anthony D. Smith (1997), Walker Connor (1998), John Armstrong (1982), Adrian Hastings (1997), Liah Greenfeld (1992) e Josep Llobera (2000) e com uma abordagem etnicista mais atenuada Alain Dieckhoff (2001).

– uma comunidade de origem étnica que partilha uma história, uma religião, uma língua, mitos, símbolos e práticas culturais - está ausente da Europa, a menos que queiramos ir tão longe na busca das origens do sangue que cheguemos aos mitos da raça. Todavia, se atenuarmos um pouco esta concepção vamos dar à perspectiva que distingue os casos nacionais entre nações culturais (cf. Hastings, 1997) e nações políticas (cf. Schnapper, 1994). As primeiras estão próximas da noção de comunidade étnica e "natural" e referem-se aos casos em que é o sentimento de pertença cultural (com particular ênfase para a comunidade linguística) que fornece o cimento nacional (na Europa os exemplos clássicos são o da Alemanha e o da Inglaterra, mas pensemos também na Irlanda, na Arménia, no País Basco ou na comunidade judaica). As nações políticas ou cívicas são uma construção racionalista e voluntarista assente numa associação estatal de cidadãos livres, portanto, uma comunidade territorial de direitos civis e valores políticos firmada por um contrato social (o modelo primeiro de nação política é a França moderna, saída da Revolução). Há utilidade analítica nesta distinção e é nítido que cada nação particular penderá mais para um formato ou para outro. Mas é inegável que nenhuma nação assume apenas uma das formas: mesmo as nações políticas têm necessidade de um grau mínimo de coesão cultural, sacralizam os seus símbolos e deitam mão da força do Estado para homogeneizarem a língua e o sistema educativo nacional, assim como as nações étnicas, cujas fronteiras estão idealmente no sangue, na linhagem e na cultura, fizeram e fazem quase sempre apelo à formação de um Estado soberano, senão independente.

Posto isto, pode perguntar-se se há disponível na Europa uma base eminentemente cívico-política ou antes uma base eminentemente cultural que sirva de molde à construção e integração europeia. Esta é a questão a que procuraram responder vários autores e as respostas que nos fornecem dependem essencialmente do lugar teórico de onde falam. Assim, o campo teórico dos etnicistas, por considerar que o vínculo identitário nacional é uma função da etnia e que no mundo actual a identidade nacional se sobrepõe a

todas as outras identificações, apresenta uma argumentação fortemente céptica relativamente ao sucesso de uma Europa superadora dos Estados-nação. Diz Anthony Smith que "É a própria configuração política dos Estados em sistemas regionais mais alargados que ajuda a entrincheirar o poder da nação e a aumentar a chama do nacionalismo por todo o lado. Não é, por conseguinte, em quaisquer alinhamentos ou blocos 'supranacionais' de 'estados-nação' que devemos procurar a causa da anulação das nações ou do nacionalismo; esses agrupamentos inter-estaduais, quer sejam Coligações, Comunidades, ou Organizações, só ajudam a perpetuar, se não mesmo a inflamar, o poder das identidades nacionais e das aspirações nacionalistas". (1997: 206-207) A concretizar-se um projecto de união política, ela só poderia avançar partindo dos princípios do nacionalismo aplicado a uma família de culturas, isto é, um pan-europeísmo análogo ao pan-germanismo, ao pan-eslavismo, ao arabismo, etc. De novo vemos serem apresentados argumentos ligados à comunidade de cultura e de etno-história. O sucesso do projecto europeu só poderá dever-se aos "padrões de cultura europeia" sedimentados por séculos de experiência comum - "Se for criada uma comunidade política europeia que tenha uma ressonância *popular* podemos estar certos de que será fundada com base numa herança cultural europeia comum, por um movimento nacionalista pan-europeu, capaz de forjar memórias, valores, símbolos e mitos comuns a partir desta herança comum, de forma que estes não concorram com as culturas nacionais, ainda poderosas e vigorosas. Apenas desta maneira poderá o pan-nacionalismo criar um novo tipo de identidade colectiva, abarcando, mas não abolindo, as nações individuais" (Smith, 1999: 213). Ora, o que é curioso na cultura e história da Europa é que quase todos os elementos que compõem a sua história, a sua memória a sua experiência comum têm demonstrado igual capacidade de união e de separação. Por exemplo, quando o cristianismo é referido como base ético-religiosa de todos os povos europeus, logo vêm à memória as guerras religiosas, as expulsões, os massacres e ainda hoje as diferenças nacionais, mesmo de "carácter nacional", são imputáveis às diferentes confissões cristãs. Este mesmo paradoxo encontramos em praticamente todos os traços históricos

e culturais que se considera compõem o fundo histórico e cultural da Europa: o racionalismo, a Reforma, o imperialismo, a industrialização e o capitalismo, o nacionalismo, as utopias igualitárias ou a democracia, já para não falar nas remotas guerras inter-Estados. Se o passado europeu está ensombrado por memórias dolorosas e profundas, onde poderemos encontrar os mitos e os símbolos que traduzam a ideia de Europa?

Lucidamente Anthony D. Smith acrescenta que as identidades não são um jogo de soma nula e que é possível que as identidades nacionais e a identidade europeia se acomodem ambas naquilo a que habitualmente se designa de "círculos concêntricos da identidade". Isto quer dizer que os indivíduos podem sentir-se envolvidos em pertenças múltiplas: ser-se português e europeu; basco, espanhol e europeu; sami, finlandês e europeu. Ainda assim o autor está convicto de que, a nível colectivo, a lealdade para com a nação se sobrepõe a todas as outras formas de identificação e que assim será num futuro previsível (Smith, 1999: 212-214). A identidade europeia tem ainda muito caminho para fazer – por séculos, se a quisermos "genuína".

Na mesma linha argumentativa, embora com uma perspetivação teórica menos preocupada com a fundamentação etno-histórica, Alain Dieckhoff vê pouca alma na Europa tal como tem vindo a ser construída – “Partilhar valores cívicos comuns não é o bastante para fundar um vínculo nacional duradouro. É preciso um pouco mais do que esta adesão a princípios políticos abstractos para manter uma sociedade unida. Eis porque o patriotismo constitucional, caro a Jürgen Habermas, nos parece algo escasso” (2001: 262). Isto significa que uma Europa meramente "cívica", "política" e "contratual", isto é, como resultado racional da conjugação de vontades, ponderando interesses e objectivos, é insuficiente porque insuficientemente sólida (e legítima) do ponto de vista da adesão emocional dos seus membros individuais. De forma simplista a questão colocar-se-ia assim: quem morreria pela Europa como milhões morreram pelas suas pátrias nacionais? É verdade que já muitos se auto-sacrificaram por ideais abstractos como a liberdade, a democracia, os direitos, mas as massas dificilmente se levariam ao rubro hoje pela ideia da Europa. Ora a construção

européia tem sido um processo voluntarista, racional e calculista. Se é verdade que grandes e nobres ideais políticos marcaram o seu nascimento, é também verdade que a representação que a maioria dos cidadãos europeus tem da Comunidade/União Europeia é a de um aparelho burocrático gigantesco que controla fundos financeiros "inesgotáveis". Continuando com provocações simplistas: quem, num desafio de futebol, torceria por uma selecção europeia contra a sua selecção nacional? Por quem torcem os portugueses num jogo entre a Alemanha (melhor, a Grécia, lugar mítico da Europa) e o Brasil?

As duas últimas décadas da Comunidade/União Europeia mostraram, porém, que há da parte dos líderes europeus uma preocupação em fazer da ideia de Europa uma outra coisa. Foi quando a União começou a traduzir-se em símbolos e a estar presente nos espaços públicos nacionais. Falo essencialmente da bandeira, do hino e da moeda europeus mas também de momentos fortemente simbólicos e emotivos (e por isso mesmo extraordinariamente eficazes e poderosos na construção e percepção da realidade) como as mais recentes celebrações das I e II Guerra Mundiais (sobretudo da Segunda) com a participação dos principais países beligerantes em cerimónias conjuntas, lembrando as perdas de todo o povo europeu, independentemente das cerimónias nacionais, que também têm o seu lugar. Poderá a Europa reconstruir, reinventar a sua história, a sua memória, os seus mitos de molde a que os sentimentos de pertença e lealdade nacionais sejam transferidos para a "nação Europa"?

Os modernistas diriam que sim. Consideravelmente diversificados nos processos históricos que elegem para explicar o nacionalismo, estes autores têm em comum a ideia de que a nação e o nacionalismo foram e são variáveis instrumentais manipuladas para consolidar as transformações sociais que se iniciaram na Europa no século XVIII. Para estes autores, a nação é um produto directamente saído dos fornos da modernidade, ideologicamente tributária da etnia e das raízes culturais mas histórica e objectivamente muito para além das peias sanguíneas da comunidade étnica. Dois aspectos distinguem claramente as posições dos autores modernistas das dos etnicistas: enquanto para estes

as nações são um produto da continuidade histórica e são seguramente uma realidade pré-moderna (pelo menos desde a era medieval), para os modernistas a nação é um dado recente da história – datada do século XIX, surge às mãos das transformações abruptas para a modernidade, pela passagem da sociedade agrária à sociedade industrial (E. Gellner), pela *explosão* capitalista da imprensa que criou as "comunidades imaginadas" nacionais, uma auto-consciência da população como grupo nacional moldada pela partilha em massa de percepções e interpretações veiculadas numa língua vernácula (B. Anderson) ou pela força do Estado (J. Breuille). O segundo aspecto consiste no facto de para os etnicistas os grupos nacionais constituírem unidades culturais com realidade histórica, enquanto os autores modernistas assumem claramente que as identidades nacionais foram forjadas, manipuladas, inventadas. Esta tese da invenção é posta assim por Ernest Gellner: "O nacionalismo não é o despertar da auto-consciência das nações. O nacionalismo inventa nações onde elas não existem"⁶. Eric Hobsbawm trilha o mesmo caminho: "Tal como Gellner, realço os elementos de artefacto, invenção e engenharia social presentes na construção das nações. (...) Em síntese, (...) o nacionalismo vem antes das nações. Não são as nações que engendram os Estados e os nacionalismos, mas exactamente o contrário." (Hobsbawm, 1990:10). Naturalmente, este trabalho de criação e burilamento de tradições e identidades nacionais responde directamente aos interesses que se erguem das revoluções liberal e industrial, isto é, do capitalismo e da sua classe burguesa.

Este posicionamento teórico, segundo o qual só se pode falar de nações e nacionalismos a partir do século XIX, é alvo da crítica de trabalhos mais recentes, que para além de demonstrarem certas incongruências históricas, como o facto de os Estados-nação da Europa terem precedido a massificação do sistema de ensino e a industrialização, perguntam como devem ser interpretadas as "velhas nações contínuas" da Europa (onde se incluem Portugal, França, Inglaterra, Espanha) e mesmo de outros continentes (Smith,

⁶ GELLNER, Ernest (1964) *Thought and Change*, Londres, Weidenfeldand Nicolson, p. 168 citado em HUTCHINSON, 1994: 28.

1991; Hutchinson, 1994: 20-24) Outra frente de crítica ataca a proposição modernista de que o nacionalismo é um fenómeno transitório, que tenderá a entrar em declínio com o avanço mundial do capitalismo e de uma cultura global, numa posição semelhante à do marxismo, que viu na nação e no nacionalismo não mais do que um instrumento da dominação burguesa capitalista. (Ora neste ponto a realidade do brutal *ressurgimento do nacionalismo* veio negar estas perspectivas, nomeadamente quando se trata de nacionalismos das regiões mais desenvolvidas e ricas; mas no que a isto diz respeito, muito poucos podem vangloriar-se de o ter previsto.)

O que há de curioso e promissor nestas abordagens distintas é o facto de serem mais complementares do que opostas e de, conjugadas, nos fornecerem um quadro explicativo bastante completo acerca dos fenómenos em causa. Os modernistas não negam um proto-nacionalismo pré-moderno; os etnicistas reconhecem que a realidade da nação é substancialmente diferente antes e depois do século XIX. Apesar de se referirem à nação como uma invenção da ideologia nacionalista, os modernistas não chegam a afirmar que a nação moderna surge *ex-nihilo* na história; tão-pouco os etnicistas negam o trabalho de escavação (literal, em muitos casos) e revitalização levado a cabo pelas elites intelectuais, sem o qual o sentimento e a consciência de pertença a uma comunidade nacional poderia ter-se diluído por altura das Revoluções políticas e económicas oitocentistas.

É na confluência destes pensamentos que desejo concluir acerca da questão da superação das categorias nacionalistas na Europa. Ao cepticismo daqueles que dizem que a Europa não constitui uma comunidade de cultura e de história que desperte emoções fortes de pertença e de predisposição ao sacrifício, respondem outros que também no Estado-nação estes aspectos não são, de todo, naturais, mas projecções e construções de grupos (elites dirigentes e intelectuais) que de forma activa compuseram uma etno-história, desenterraram e fixaram genealogias, símbolos, mitos, heróis e altares nacionais e instituíram rituais de exaltações dos valores patrióticos. Será concebível a construção de uma identidade europeia nestes moldes? Não parece muito

adequado pensar a construção europeia tendo por base as categorias que orientaram a formação do Estado-nação há dois séculos atrás. O cenário da Europa actual é reconhecidamente diverso. Depois do nacionalismo, nada pode ser pensado como se ele não tivesse existido e, como tal, não é simplesmente possível passar por cima das nações.

Um dos sinais mais claros de que a categoria da nação não é passível de ser (para já) ultrapassada são os "novos" nacionalismos regionais. Os mais fervorosos adeptos do avanço rápido e profundo da integração europeia são os nacionalistas que estão em luta com o Estado-nação (bascos, catalães, flamengos, etc.), precisamente porque uma União Europeia forte eliminaria do seu caminho os Estados nacionais de que não puderam por outras vias desembaraçar-se. Mas o que sobra nas entrelinhas deste "europeísmo"? A nação, a micro-nação, a sub-nação; sempre a comunidade que se imagina satisfeita e realizada quando a sua identidade (regional? nacional?) for reconhecida como autónoma e soberana, eventualmente independente, como é exigência de todos os nacionalismos. Todavia não pode negar-se que a integração europeia tem contribuído para amaciar os nacionalismos, ou não é verdade que portugueses e espanhóis se toleram melhor depois que se "tornaram" europeus, assim como franceses e alemães, ingleses e irlandeses ...?

Depois de 50 anos de construção europeia, ou se pára às portas da unificação política ou as elites e o método de decisão intergovernamental vão dando "pequenos passos" até ao federalismo. Parece razoável dizer que a União Europeia se prepara para ser uma entidade geopolítica supranacional singular na história. Mas poderá falar-se igualmente de supranacionalismo? Estaremos próximos de nos reorganizarmos em identidades pós-nacionais? Três linhas de debate sobre estas questões:

1. como já foi dito, as identidades não são fixas nem exclusivas, antes resultam de construção e negociação constante. Por isso faz todo o sentido falar-se em círculos concêntricos de identidades, sobretudo quando esta metáfora espacial que se coaduna tão bem com as identificações territoriais. É

um facto que pode ser-se algarvio, português e europeu, sem especiais conflitos intra-pessoais. Mas não é apenas disto que estamos a falar. Em primeiro lugar, nunca os europeus foram tão europeus como hoje, e todavia essa identificação não tem feito deles menos nacionais, bem pelo contrário, mesmo se se trata de pertenças potencialmente concorrentes, ou seja, a soma nula não se aplica ao jogo das identidades. Em segundo lugar, as identidades são sempre contextuais no interior da trama concêntrica: se somos portugueses em relação aos espanhóis, cada vez mais somos europeus na relação com outros blocos regionais/continentais do mundo.

2. acerca do processo de globalização, tem sido observado que "a semelhança aguça a diferença" (Dieckhoff, 2001: 22). A intensificação das trocas – comerciais, culturais, de comunicação – não significa, de todo, a homogeneização cultural que se poderia prever. Por um lado, porque as diferenças resistem na reprodução inconsciente de hábitos e práticas⁷; por outro lado, porque há todo um esforço de revitalização, senão mesmo de invenção, dessas diferenças locais, regionais e nacionais. Estamos no domínio do paradoxo: por cada fronteira que se anula, outra se ergue. A globalização parece necessitar do contrapeso do localismo. Quando reconhecemos a vaga da cultura global no que vestimos, comemos, lemos e consumimos, é quando fazemos questão nas diferenciações simbólicas e nas reivindicações identitárias (nacionalistas, étnicas, territoriais, de género, etc). Seguindo ainda Alain Dieckhoff: "Se é certo que a multiplicação das interações arrasta consigo uma crescente semelhança – e portanto, neste sentido, uma assimilação nacional (...) ou até mesmo supranacional (...) -, ela não contraria de forma alguma as tendências paralelas para a diferenciação. Pensar o contrário equivale a confundir proximidade sócio-cultural e convergência identitária. Ora, a adopção de hábitos, de comportamentos, e de valores semelhantes não é suficiente para

7 Sobre a reprodução quotidiana do nacionalismo, ver Billig, 1995, onde o autor analisa as práticas do "nacionalismo banal", que a tal ponto estão integradas e são socialmente valorizadas que passam despercebidos os seus efeitos ideológicos de reprodução da identidade nacional. São exemplos as bandeiras ondulando nos espaços públicos e institucionais, o hino, os mapas, as cores nacionais, os dias feriados, designadamente o dia nacional, que condensam no ciclo anual a história da nação, entre outros.

fazer emergir uma identidade comum” (2001: 27). Voltando às provocações simplistas, pergunto se consentiríamos todos os desapossamentos de soberania da União Europeia se não tivéssemos nas disputas de futebol inter-nações o espaço onde concentrar a *nationhood*, o patriotismo e as idiossincrasias do "carácter nacional"? (Na verdade, e não só em Portugal, os Campeonatos Europeus de futebol parecem tomar o lugar das celebrações tradicionais da nacionalidade (cf. Coelho, 2001) – as bandeiras e o hino, associamo-los ao futebol e não ao 10 de Junho.)

3. As ideias anteriores conduzem de novo à questão de qual poderá ser o conteúdo, a substância de uma identidade europeia. Vimos que a abordagem teórica a este respeito distingue entre a nação cultural-étnica-orgânica e a nação cívica-política-territorial. Dificilmente a Europa evoluirá para uma super-nação de um cariz ou de outro. Pouco provável é também que a construção europeia se faça sem se envolver em ambas as frentes, a cultural e a política. O "patriotismo constitucional" não é suficiente mas é indispensável e é talvez a este nível que uma consciência europeia é mais nítida. Se houvesse que definir hoje a Europa ela poderia ser referida como uma comunidade de valores essencialmente políticos: democracia, direitos humanos, liberdades, Estado social e Estado de direito. Quanto mais a Europa se bater por estes valores e for capaz de transpor o seu défice de legitimidade democrática, mais sólida será uma identidade europeia cívica e política. Já quanto a uma identidade de cultura, ela existe certamente a um nível profundo, mais que não seja por séculos de guerras e alianças inter-Estados. Mas este nível não serve para fazer da Europa um cenário pós-nacional. É sensato pensar que o enquadramento territorial e cultural dos Estados-nação continuará a ser a referência identitária dos cidadãos, qualquer que seja o estatuto de soberania destes. É também de prever que a União Europeia acelere o processo de integração cultural⁸, designadamente em três vertentes: a europeização do sistema educativo, a europeização dos *media* e a massificação e ritualização dos seus símbolos. Sem

⁸ Jean Monnet terá dito que se iniciasse outra vez a Comunidade Europeia começaria pela cultura em vez do carvão e do aço (Joyce, 2002: 121)

a dimensão de adesão emocional que estes processos activos de europeização da identidade propiciam será pouco provável que possamos falar de um supranacionalismo pan-europeu. Mas também é ingénuo falar da construção simbólica da Europa esquecendo o *arriére fond* que são os Estados-nações, sabendo-se que, em geral, os diversos povos reagiram negativamente ao aprofundamento da integração europeia pós-Maastricht. Sabemos que entrar para a Comunidade ou ver estreitarem-se as suas malhas sobre a nação resultou em quase todos os países em *refundações* reflexivas da identidade nacional ou, pelo menos, em afirmações da singularidade nacional.

Um provérbio chinês diz "o que é o patriotismo, senão a nostalgia da comida que se comeu na infância?"⁹. Sentir fome de pátria é seguramente razão de angústia identitária. Diz-se que o que faz a Europa é cada europeu sentir-se em casa desde Lisboa a Moscovo. A comida não é mesma, mas come-se sempre sem engulhos. Também um nortenho estranha os coentros do Alentejo e ao alentejano fere os olhos o verde do Minho.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Benedict (1983) *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, Londres e Nova Iorque, Verso.

ARMSTRONG, John (1982) *Nations before Nationalism*, Chapel Hill, University of North Carolina.

BALAKRISHNAN, Gopal (1996) *Mapping the nation*, Londres, Verso.

BILLIG, Michael (1995) *Banal Nationalism*, Londres, SAGE.

BOURDIEU, Pierre (1994) *Razões Práticas. Sobre a Teoria da Acção*, Oeiras, Celta.

BRUBAKER, Rogers (1996) *Nationalism Reframed. Nationhood and the National Question in the New Europe*, Cambridge University Press.

⁹ Citado em Joyce, 2002: ix.

COELHO, João Nuno (2001) *Portugal – A Equipa de Todos Nós. Nacionalismo, Futebol e Media*, Porto, Edições Afrontamento.

CONNOR Walker (1998) *Etnonacionalismo*, Madrid, Trama Editorial.

CORDELIER, Serge (coord.) (1998) *Nações e Nacionalismos*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

DIECKHOFF, Alain (2001) *A Nação em Todos os seus Estados. As Identidades Nacionais em Movimento*, Lisboa, Instituto Piaget.

GELLNER, Ernest (1983) *Nation and Nationalism*, Oxford, basil Blackwell.

GREENFELD, Liah (1992) *Nationalism. Five Roads to Modernity*, Cambridge e Londres, harvard University Press.

GIDDENS, Anthony (1992) *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta.

HASTINGS, Adrian (1997) *The Construction of Nationhood. Ethnicity, Religion and Nationalism*, Cambridge University Press.

HOBSBAWM, E. J. (1990) *Nations and Nationalism since 1780. Programme, Myth, Reality*, Cambridge University Press.

HUTCHINSON, John (1994) *Modern Nationalism*, Londres, Fontana Press.

JOYCE, Christopher (2002) *Questions of Identity*, Londres, I. B. Tauris Publishers.

KEDOURIE, Elie (1960) *Nationalism*, Londres, Hutchinson.

LLOBERA, Josep R. (2000) *O Deus da Modernidade. O Desenvolvimento do Nacionalismo na Europa Ocidental*, Oeiras, Celta.

SCHNAPPER, Dominique (1994) *La Communauté des Citoyens. Sur l'Idée Moderne de Nation*, Paris Gallimard.

SMITH, Anthony D. (1999) *Nações e Nacionalismo numa Era Global*, Oeiras, Celta.

SMITH, Anthony D. (1997) *A Identidade Nacional*, Lisboa, Gradiva.

SPENCER, Philip, WOLLMAN, Howard (2002) *Nationalism. A Critical Introduction*, Londres, SAGE.

TAMBIAH, Stanley J. (1996) "The Nation-State in Crisis and the Rise of Ethnonationalism" in Edwin N. Wilmsen, Patrick McAllister, *The Politics of*

Difference. Ethnic Premises in a World of Power, Chicago e Londres, The University of Chicago Press.

Resumo

O que é (será) a identidade europeia? No futuro, a Europa será nacional(ista) ou supranacional(ista)? Corresponderá ao enfraquecimento do Estado-nação um enfraquecimento das identidades nacionais? Estas são algumas das questões em discussão neste texto, a que procuramos dar resposta no quadro das teorias da nação e do nacionalismo.

Résumé

Quelle identité pour l'Europe? L'avenir de l'Europe, sera-t-il national(iste) ou supranational(iste)? Peut-on parler de dépérissement des identités nationales en correspondance avec le dépérissement de l'État-nation? Ce sont des questions en débat dans ce texte qu' on essaye de répondre dans le cadre des théories de la nation et du nationalisme.

Abstract

What is european identity? Foreseeing the future of Europe, will it be national(ist) or supranational(ist)? Are national identities declining the same way nation-state is? These are some of the questions we try to discuss in this text arguing in the context of nation and nationalism theories.